

A Saúde e o dinheiro

24 JUL 1993

Mário da Costa Cardoso Filho

A assistência médica no Brasil, mostra um levantamento da Associação Médica Brasileira, vem perdendo recursos a cada ano. Os números são gritantes. O Ministério da Saúde tinha à sua disposição, em 1990, 12 bilhões de dólares para pagar contas e investir na melhoria da qualidade de atendimento à população. Este ano, o montante foi reduzido para 4,5 bilhões de dólares, quase um terço do que era destinado há três anos. O número representou para o Brasil uma colocação digna de vergonha no ranking mundial de investimentos em saúde. Apesar de sermos a nona economia do mundo, ocupamos o 63º lugar em investimentos nesse setor. Na América Latina, apenas a Colômbia está atrás nessa lista.

Torna-se difícil, às vezes, entender a complicada teia criada pelo Governo para destinar verbas a assistência a saúde. Afinal, são muitas as "andanças" do dinheiro até chegar a hospitais e ambulatórios. O "bolo" - recursos da seguridade social, formado por contribuintes em folha de pagamento, o discutido Fin-

social, Pis/Pasep, recursos do Tesouro, entre outros - somou 29 bilhões de dólares em 1992. Esse valor foi rateado, em grande parte, entre os Ministérios do Trabalho e Previdência, Ação Social e Saúde. A Saúde mesmo ficou com 23,77 por cento dos recursos, apesar de a Lei das Diretrizes Orçamentárias prever 30 por cento.

A forma encontrada pelo Executivo para burlar a lei foi incluir na área de saúde atividades do Ministério da Educação - como merenda escolar, pagamento de docentes de hospitais universitários e Caics -, dos Ministérios da Ação Social e Previdência Social. Esses e tantos itens mais desviaram e estão desviando em 1993, mediante uma grande ginástica legal, cerca de um quarto dos recursos do Ministério da Saúde. O resultado de tal artifício é um dos menores percentuais da história do orçamento da Seguridade Social para a Saúde.

Somem-se a essas contas, ou melhor, diminuem desse valor, custos da administração central do Ministério da Saúde, fundações, campanhas e algumas despesas operacionais a mais. Temos então 60 por cento do

montante "Saúde" para o extinto mas ainda palpitante Inamps. Ele, afinal, que respondia pela assistência médica hospitalar e ambulatorial, com emissão de Autorizações de Internação Hospitalar, pagamento de consultas e despesas com pessoal.

Diminuíam-se também as fraudes, a corrosão do dinheiro pela inflação advinda da demora dos repasses e a má administração, fiscalização e distribuição dos recursos que muitas vezes atende a critérios políticos, e não técnicos. Zeremos nossa conta por aqui. O resultado está em hospitais fechados, ambulatórios sem atendimento, leitos desativados, sucessivas greves de médicos e servidores, falta de medicamentos e, principalmente, estampado no rosto do brasileiro que bate às portas do atendimento público de Saúde. Estes são dados que dispensam o uso de calculadoras para se determinar o déficit social acumulado ano a ano pelo Governo.

□ **Mário da Costa Cardoso Filho é presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)**

CORREIO BRAZILIENSE